



<b>DADOS GERAIS</b> <b>EDITAL DE LICITAÇÃO – UC-P</b> <b>PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2026 – UC-P</b> <b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90171/2026 – UC-P</b> <b>REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026</b>		
<b>I. REGÊNCIA LEGAL</b>		
Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Federal nº 8.538/15, Decreto Municipal nº 09 de 17 de janeiro de 2024.		
<b>II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR</b>		
Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC.		
<b>III. PROCESSO LICITATÓRIO</b>		<b>IV. MODALIDADE</b>
Nº 171/2026		PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90171/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026
<b>V. OBJETO</b>		
Constitui objeto do presente edital <b>registrar preços a serem atendidos na contratação de empresa(s) especializada(s) para a futura AQUISIÇÃO DE INSUMOS E FERRAMENTAS DIVERSAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL</b> , a fim de atender às necessidades da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, conforme especificações, quantitativo e condições definidas no Termo de Referência e na Lei 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas.		
<b>VI. MODO DE DISPUTA</b>		
A disputa dar-se-á pelo modo <b>ABERTO</b> e os lances deverão respeitar o <b>INTERVALO MÍNIMO</b> de 1,0% (UM POR CENTO).		
<b>VII. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>		<b>VIII. PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ARP</b>
MENOR PREÇO POR ITEM		O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
<b>IX. DOS LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO</b>		
<b>LOCAL DO PREGÃO</b>		<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> <b>UASG:982381</b>
<b>DATA LIMITE para recebimento das propostas</b>		10/06/2026 às 09H:00MIN (horário de Brasília - DF)
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS</b>		10/06/2026 às 09H:00MIN
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO</b>		<b>HORÁRIO DE BRASÍLIA</b>
<b>X. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:</b>		
<b>ANEXOS</b>	<b>I</b>	<b>Termo de Referência;</b>
	<b>II</b>	<b>Modelo de Proposta de preços;</b>
	<b>III</b>	<b>Modelo de Declarações;</b>
	<b>IV</b>	<b>Minuta da Ata de Registro de Preços;</b>
	<b>V</b>	<b>Minuta de Contrato.</b>
<b>XI. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL</b>		
Na sala da Unidade de Contratação, no endereço citado abaixo, no horário das 08h00min às 14h00min, ou por meio de solicitação através do e-mail: <a href="mailto:ucp.caruaru@gmail.com">ucp.caruaru@gmail.com</a> , na INTERNET, acessando o Portal da Transparência da PMC ( <a href="https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/">https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/</a> ) ou ainda através da Plataforma de Compras do Governo Federal ( <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> ).		
<b>XII. DADOS PARA CONTATO</b>		
<b>Agente de Contratações/Pregoeiro:</b> WALTHÉRLIA KHÉDMA DE QUEIROZ ALVES		<b>E-mail:</b> <a href="mailto:ucp.caruaru@gmail.com">ucp.caruaru@gmail.com</a>
<b>Endereço:</b> Centro Administrativo I, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745.		<b>Fone:</b> (81) 9.8384-8453



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2026 – UC-P  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90171/2026 – UC-P  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026

SUMÁRIO

ITEM	ASSUNTO
01.00	PREÂMBULO
02.00	OBJETO DA LICITAÇÃO
03.00	DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)
04.00	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
05.00	COMPONENTES DESTE EDITAL
06.00	REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
07.00	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
08.00	DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)
09.00	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
10.00	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
11.00	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
12.00	DA NEGOCIAÇÃO
13.00	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
14.00	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
15.00	DO SANEAMENTO DA PROPOSTA DE HABILITAÇÃO
16.00	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
17.00	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
18.00	A REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
19.00	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
20.00	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
21.00	DO CONTRATO



22.00	DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
23.00	DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO
24.00	DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
25.00	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
26.00	DA SUBCONTRATAÇÃO
27.00	DO PAGAMENTO
28.00	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
29.00	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO
30.00	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



**EDITAL**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90171/2026 – UC-P**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026**

**1. PREÂMBULO**

**1.1.** O **MUNICÍPIO DE CARUARU/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.091.536/0001-13, com sede na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n – Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, por ordem de sua Exma. Sra. Secretária de Administração, através de seu **Agente de Contratação/Pregoeiro** da UC-P, designado através da Portaria GP Nº 0627/2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, a fim de atender à solicitação da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação indicada no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (internet).

**1.2.** A licitação observará o local e horários a seguir:

LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO	
LOCAL DO PREGÃO	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> UASG:982381
DATA LIMITE para recebimento das propostas	10/06/2026 às 09H:00MIN (horário de Brasília - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	10/06/2026 às 09H:00MIN
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA
<ul style="list-style-type: none"><li>ESTA LICITAÇÃO CONTÉM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, REDAÇÃO DADA PELA LC Nº 147/2014.</li><li>A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PODERÁ, A QUALQUER TEMPO E A SEU CRITÉRIO EXCLUSIVO, REALIZAR VISITA IN LOCO, INSPEÇÃO OU MEDIDA EQUIVALENTE PERANTE À(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S), VISANDO COMPROVAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS OU SITUAÇÃO CONCRETA DA(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S).</li><li>OS DOCUMENTOS ORIGINAIS ELETRÔNICOS DEVEM SER ASSINADOS POR MEIO DE CERTIFICADO DIGITAL PERTENCENTE À CADEIA DE CHAVES PÚBLICAS ICP-BRASIL.</li></ul>	

**1.3.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante Condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

**1.4.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor, denominado **Agente de Contratação/Pregoeiro**, habilitado e designado por Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

**1.5.** Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao **Agente de Contratação/Pregoeiro** informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.



1.6. Todas as referências de tempo previstas no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## 2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente edital **registrar preços a serem atendidos na contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de INSUMOS DIVERSOS E FERRAMENTAS DIVERSAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**, a fim de atender às necessidades da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, conforme especificações, quantitativo e condições definidas no Termo de Referência e na Lei 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas.

2.2. As propostas deverão ser elaboradas considerando as descrições, quantitativos e valores máximos aceitáveis, observando-se o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme disposto na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
1	<b>Betoneira 150 litros com motor monofásico 0,5cv 220v.</b> Tambor confeccionado em chapa de aço com pintura anticorrosiva de alta resistência. Estrutura tubular equipada com duas rodas de borracha maciça. Sistema de basculamento manual por volante e painel de acionamento com botão de parada de emergência.	UND	2	R\$ 2.400,00	R\$ 4.800,00	EXCLUSIVO
2	<b>Esmerilhadeira Angular a Bateria 4.1/2" (115mm)</b> Uso profissional. Motor sem escovas de carvão (Brushless). Alimentação por bateria de íons de lítio de 20V. Rotação de 8.500 RPM e eixo com rosca M14. Capacidade para discos de corte e desbaste de 4.1/2 polegadas (115mm). Sistema de freio eletrônico, guarda de proteção com ajuste rápido (sem chave) e interruptor com trava de segurança. O conjunto deve incluir a ferramenta, 02 (duas) baterias de 4.0 Ah ou equivalente/superior, 01 (um) carregador automático bivolt, empunhadura lateral auxiliar, chave de pino e maleta plástica para transporte. (Preferencialmente compatível com sistema de baterias intercambiáveis entre equipamentos do mesmo fabricante, desde que não implique restrição à competitividade, sendo admitidas soluções equivalentes que atendam ao desempenho mínimo exigido.)	UND	3	R\$ 1.890,00	R\$ 5.670,00	EXCLUSIVO
3	<b>Furadeira de Bancada 20mm (3/4 Polegada) Motor elétrico monofásico com potência mínima de 1 CV, tensão 220V.</b> Mandril com capacidade de até 20mm (3/4"). Curso do mandril de no mínimo 80mm. Sistema de transmissão por correias com múltiplas velocidades. Mesa de trabalho e base em ferro fundido com ajuste de altura por cremalheira e inclinação de até 45°. Equipado com protetor de mandril e chave de segurança.	UND	1	R\$ 1.890,46	R\$ 1.890,46	EXCLUSIVO
4	<b>Lixadeira e Esmerilhadeira Angular 4.1/2 Polegadas - Tensão de 220V e potência de</b>	UND	2	R\$ 287,99	R\$ 575,98	EXCLUSIVO



	850W. Rotação de 11.000 RPM e eixo com rosca padrão M14. Capacidade para discos de 4.1/2 polegadas (115mm). Estrutura interna montada sobre rolamentos. Conta com interruptor de acionamento lateral, capa de proteção com ajuste, empunhadura auxiliar de duas posições e chave de pino.					
5	<b>Martelete Perfurador e Rompedor (Categoria 8kg).</b> Tensão de 220V. Mandril com sistema de encaixe SDS-Max. Potência mínima de 1.500W ou equivalente/superior e energia de impacto mínima de 10 Joules ou equivalente/superior. Operação com seletor de dois modos exatos: perfuração com impacto e rompimento (cinzelamento). Dotado de embreagem de segurança mecânica e sistema integrado de controle de vibração. Acompanha empunhadura lateral auxiliar, tubo de graxa e maleta plástica para transporte.	UND	1	R\$ 827,45	R\$ 827,45	EXCLUSIVO
6	<b>Parafusadeira e Furadeira de Impacto a Bateria 1/2" (20V)</b> Uso profissional. Motor sem escovas de carvão (Brushless). Mandril de aperto rápido fabricado em metal com capacidade exata de 1/2 polegada (13mm). Sistema de transmissão com duas velocidades mecânicas e seletor de função de impacto. Controle de embreagem ajustável e torque máximo de no mínimo 60 Nm ou equivalente/superior. Gatilho de velocidade variável e reversível. O conjunto deve incluir a ferramenta, 02 (duas) baterias de íons de lítio de 20V (capacidade de 2.0 Ah ou equivalente/superior), 01 (um) carregador automático bivolt e maleta plástica rígida para transporte. (Preferencialmente compatível com sistema de baterias intercambiáveis entre equipamentos do mesmo fabricante, desde que não implique restrição à competitividade, sendo admitidas soluções equivalentes que atendam ao desempenho mínimo exigido).	UND	3	R\$ 790,95	R\$ 2.372,85	EXCLUSIVO
7	<b>Chave de Impacto a Bateria 1/2" (Alto Torque) Uso industrial/pesado.</b> Motor sem escovas de carvão (Brushless). Encaixe quadrado de 1/2 polegada (13mm) com anel de retenção. Torque máximo de reversão de, no mínimo, 800 Nm ou equivalente/superior. Gatilho de velocidade variável e seletor com pelo menos 3 níveis de velocidade/torque. Iluminação LED integrada. O conjunto deve incluir 02 (duas) baterias de íons de lítio de 20V (capacidade de 4.0 Ah ou equivalente/superior), carregador rápido bivolt e maleta de transporte. (Preferencialmente compatível com sistema de baterias intercambiáveis entre equipamentos do mesmo fabricante, desde que não implique restrição à competitividade, sendo admitidas soluções equivalentes que atendam ao desempenho mínimo exigido).	UND	3	R\$ 2.476,61	R\$ 7.429,83	EXCLUSIVO



8	<b>Motocompressor de Ar Direto (1,3 HP) para Pintura</b> , monobloco e portátil, com potência nominal de 1,3 HP e motor de indução bivolt (127V/220V) com protetor térmico. Equipamento isento de óleo, com pressão máxima de operação de 40 psi (2,8 bar) e pés de borracha anti-vibração. Com 01 Pistola de pintura e pulverização com reservatório de 500ml, 01 Pistola multiuso para aplicação de fundos/seladores, 01 mangueira flexível e conectores de engate rápido compatíveis.	KIT	1	R\$ 527,49	R\$ 527,49	EXCLUSIVO
9	<b>Laminadora Manual a Frio (1.600 mm)</b> . Laminadora manual para aplicação de películas autoadesivas a frio, com rolo de silicone de 1.600 mm e largura útil mínima de 1.580 mm. Capacidade para processar materiais de até 25 mm de espessura, acionamento mecânico via manivela lateral e sistema de ajuste manual de abertura dos rolos. Construção robusta em aço.	UND	1	R\$ 3.121,59	R\$ 3.121,59	EXCLUSIVO
10	<b>Lixadeira Orbital de Palma à Bateria</b> Lixadeira orbital de palma com alimentação por bateria de íons de lítio (Sistema 20V), velocidade de oscilação mínima de 12.000 opm ou equivalente/superior e base para lixas de 1/4 de folha. O equipamento deve possuir sistema integrado de coleta de pó com caixa de microfiltro rígida e removível, motor com rolamentos blindados, interruptor selado contra pó e design ergonômico com empunhadura emborrachada. O conjunto deve incluir: 02 baterias de íons de lítio de 4.0 Ah ou equivalente/superior e 01 carregador rápido bivolt.	UND	2	R\$ 276,48	R\$ 552,96	EXCLUSIVO
11	Chave combinada com catraca 11mm	UND	10	R\$ 40,89	R\$ 408,90	EXCLUSIVO
12	Chave combinada com catraca 13mm	UND	30	R\$ 55,00	R\$ 1.650,00	EXCLUSIVO
13	Chave combinada com catraca 24mm	UND	3	R\$ 115,85	R\$ 347,55	EXCLUSIVO
14	Esquadro C/ Cabo De Alumínio 12" 30 Cm	UND	10	R\$ 22,07	R\$ 220,70	EXCLUSIVO
15	Régua de aço inox de 30 cm	UND	10	R\$ 5,64	R\$ 56,40	EXCLUSIVO
16	Trena Longa de Fibra de Vidro 50 Metros. Fita em fibra de vidro de 50 metros, graduada em mm/cm/m. Estojo em ABS tipo cruzeta (caixa aberta) lavável, com manivela de rebobinamento rápido e anel metálico na extremidade.	UND	3	R\$ 45,04	R\$ 135,12	EXCLUSIVO
17	Nível a laser 3 linhas e trena régua nivelador a pilha AAA	UND	3	R\$ 360,00	R\$ 1.080,00	EXCLUSIVO
18	Chave de Fenda Cruzada (Phillips) PH2 x 100mm. Haste em aço cromo vanádio com acabamento niquelado e ponta imantada de alta precisão. Cabo ergonômico em polipropileno injetado com revestimento emborrachado para maior torque.	UND	10	R\$ 9,00	R\$ 90,00	EXCLUSIVO
19	Chave de Teste Digital de Tensão (12V a 250V). Haste fabricada em aço cromo vanádio com isolamento total em ABS transparente ou opaco de alta resistência. Equipado com visor	UND	5	R\$ 14,50	R\$ 72,50	EXCLUSIVO





	digital de cristal líquido (LCD) para indicação direta de voltagem e lâmpada de neon interna para teste de fase. Ponta tipo fenda de 3mm. Capacidade de detecção de tensão AC e DC variando de 12V a 250V.					
20	Extensor Telescópico De Aço 2 Metros para pintura	UND	30	R\$ 25,70	R\$ 771,00	EXCLUSIVO
21	Espátula de aço 12cm	UND	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00	EXCLUSIVO
22	Broca de Aço Rápido RSS 3/8" x 10cm	UND	200	R\$ 5,17	R\$ 1.034,00	EXCLUSIVO
23	Broca 3 Pontas para Madeira 8x115x75mm	UND	200	R\$ 6,07	R\$ 1.214,00	EXCLUSIVO
24	Broca de Três Pontas para Madeira (5,5 mm x 90 mm)	UND	100	R\$ 5,17	R\$ 517,00	EXCLUSIVO
25	Brocas de Videa (Perfuração) SDS MAX 20x200x340mm	UND	100	R\$ 14,05	R\$ 1.405,00	EXCLUSIVO
26	Brocas Ponteiro (Rompimento) SDS MAX 400mm	UND	100	R\$ 34,50	R\$ 3.450,00	EXCLUSIVO
27	Brocas Talhadeira (Demolição) SDS MAX 50x400mm	UND	100	R\$ 23,50	R\$ 2.350,00	EXCLUSIVO
28	Brocas Talhadeira (Demolição) SDS MAX 25x400mm	UND	100	R\$ 30,99	R\$ 3.099,00	EXCLUSIVO
29	Brocas SDS PLUS 20X210mm	UND	100	R\$ 56,41	R\$ 5.641,00	EXCLUSIVO
30	Eletrodo para solda 3,25 x 350mm 5kg	UND	10	R\$ 122,80	R\$ 1.228,00	EXCLUSIVO
31	Fita Adesiva Transparente 100 Metros 45Mm X 100M	UND	100	R\$ 9,58	R\$ 958,00	EXCLUSIVO
32	Fita crepe 48mmx50m	UND	200	R\$ 15,50	R\$ 3.100,00	EXCLUSIVO
33	Fecho dentado de Aço Inox 3/4" (19mm) x 1,0mm	UND	3000	R\$ 2,80	R\$ 8.400,00	EXCLUSIVO
34	Fita de aço perfurada 17mm x 10m	UND	300	R\$ 39,50	R\$ 11.850,00	EXCLUSIVO
35	Parafuso phillips rosca máquina cabeça panela zincado M5x25mm com porca e 2 arruelas	UND	10000	R\$ 3,72	R\$ 37.200,00	EXCLUSIVO
36	Parafuso Philips Chipboard 4.0x16mm	UND	10000	R\$ 0,07	R\$ 700,00	EXCLUSIVO
37	Parafuso francês c/porca sextavada 5/16"x4 zincado branco	UND	10000	R\$ 4,35	R\$ 43.500,00	EXCLUSIVO
38	Plugue pino fêmea tomadas 2P+T 10A	UND	10	R\$ 6,20	R\$ 62,00	EXCLUSIVO
39	Plugue pino fêmea tomadas 2P+T 20A	UND	10	R\$ 7,13	R\$ 71,30	EXCLUSIVO
40	Plugue pino macho tomadas 2P+T 10A	UND	10	R\$ 6,99	R\$ 69,90	EXCLUSIVO
41	Plugue pino macho tomadas 2P+T 20A	UND	10	R\$ 7,01	R\$ 70,10	EXCLUSIVO
42	Tela tapume laranja 1,20m x 50m cerquite p/ obras construção	UND	20	R\$ 89,99	R\$ 1.799,80	EXCLUSIVO
43	Rolo de corda para caminhão de poliéster 165m 10mm	UND	1	R\$ 254,71	R\$ 254,71	EXCLUSIVO
44	Rolo de lã sintético com cabo de 15 cm	UND	200	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00	EXCLUSIVO
45	Rolo de lã sintético com cabo de 23 cm	UND	400	R\$ 20,90	R\$ 8.360,00	EXCLUSIVO
46	Discos para Esmerilhadeira Portátil (4.1/2") Corte Fino para Metal e Inox (1,0mm)	UND	100	R\$ 3,95	R\$ 395,00	EXCLUSIVO





47	Discos para Esmerilhadeira Portátil (4.1/2") Multicorte de Carboneto de Tungstênio	UND	100	R\$ 10,25	R\$ 1.025,00	EXCLUSIVO
48	Folhas de Lixa em Óxido de Alumínio (225x275) – Grão G120 (para acabamento)	UND	200	R\$ 1,66	R\$ 332,00	EXCLUSIVO
49	Folhas de Lixa em Óxido de Alumínio (225x275) – Grão G80 (para desbaste)	UND	200	R\$ 2,23	R\$ 446,00	EXCLUSIVO
50	Adaptador Cortador de Chapa tipo Tesoura para acoplamento em furadeiras e parafusadeiras. Possui engrenagens de precisão para realizar cortes planos em chapas metálicas (aço e ferro de até 0,8 mm; alumínio e cobre de até 1,5 mm). O conjunto deve acompanhar haste de apoio com mola estabilizadora e chaves para instalação.	UND	2	R\$ 71,45	R\$ 142,90	EXCLUSIVO
51	Bolsa de ferramentas cinto ajustável	UND	4	R\$ 175,45	R\$ 701,80	EXCLUSIVO
52	Caixa Metálica Sanfonada Para Ferramentas, Com 3 Gavetas, 40X19X16 cm	UND	5	R\$ 150,00	R\$ 750,00	EXCLUSIVO
53	Kit de Bits Magnéticos (Parafusamento) Jogo de pontas (bits) de linha profissional em aço liga S2 (alta resistência ao impacto), composto por no mínimo 30 peças. Deve incluir pontas Phillips (PH1 a PH3), Pozidriv, Fenda, Torx com guia (T10 a T40) e sextavado interno (Allen). Obrigatório conter 01 extensor/porta-bits magnético de engate rápido com trava de segurança de 1/4". Acondicionado em estojo plástico rígido com organizadores.	UND	10	R\$ 109,39	R\$ 1.093,90	EXCLUSIVO
54	Cinta Catraca 3000kg 9m Amarração de Cargas em Caminhão Carreta Camionete Moto com Gancho J em Aço Bicromatizado. O material fornecido deve atender integralmente às resoluções vigentes do CONTRAN para o transporte rodoviário de cargas.	UND	6	R\$ 95,50	R\$ 573,00	EXCLUSIVO
55	Escada articulada de alumínio com 16 degraus	UND	3	R\$ 606,36	R\$ 1.819,08	EXCLUSIVO
56	Jogo de soquetes sextavados para uso em chave de impacto de alto torque, encaixe de 1/2", fabricados em aço cromo-molibdênio (Cr-Mo) com acabamento fosfatizado. Conjunto com no mínimo 10 peças, abrangendo medidas de 10mm a 24mm (incluindo 13, 17, 19 e 21mm). Devem possuir paredes reforçadas e orifício para pino de segurança, acondicionados em estojo rígido.	UND	10	R\$ 170,20	R\$ 1.702,00	EXCLUSIVO
57	Estopa 200g	UND	50	R\$ 5,27	R\$ 263,50	EXCLUSIVO
58	Bombona Plástica Cilíndrica (100 Litros) com Tampa Removível, fabricada em Polietileno de Alta Densidade (PEAD). Dimensões aproximadas de 48,5 cm de diâmetro por 71 cm de altura, abertura total da boca de 41 cm. Deve possuir tampa removível de encaixe preciso, garantindo vedação.	UND	5	R\$ 177,59	R\$ 887,95	EXCLUSIVO
59	Garraão térmico 5L	UND	10	R\$ 58,47	R\$ 584,70	EXCLUSIVO
60	Chapas de alumínio composto (ACM) branca 3mm 1,5x5,0m	UND	160	R\$ 158,88	R\$ 25.420,80	EXCLUSIVO



61	Tubo galvanizado - Diâmetro externo: 2" espessura 1,95mm comprimento 6m	UND	100	R\$ 322,03	R\$ 32.203,00	COTA RESERVADA ME/EPP
62	Tubo galvanizado - Diâmetro externo: 2" espessura 1,95mm comprimento 6m	UND	300	R\$ 322,03	R\$ 96.609,00	COTA PRINCIPAL
63	Óculos de segurança em policarbonato incolor, lente de alto impacto (marcação +), com tratamento antiembaçante e antirrisco, proteção lateral integrada, CA ativo e conformidade com a Norma ANSI Z87.1.	UND	100	R\$ 10,42	R\$ 1.042,00	EXCLUSIVO
64	Óculos de segurança em policarbonato, lente cinza (fumê) com proteção uv 99,9% (u6), tratamento antirrisco e antiembaçante, com ca ativo e em conformidade com a norma ANSI Z87.1.	UND	100	R\$ 10,42	R\$ 1.042,00	EXCLUSIVO
65	Joelheira preta em espuma vinílica acetinada EVA	PAR	100	R\$ 36,28	R\$ 3.628,00	EXCLUSIVO
66	Luva couro raspa punho 7cano curto pedreiro soldador	PAR	60	R\$ 13,29	R\$ 797,40	EXCLUSIVO
67	Máscara de Solda de Escurecimento Automático (DIN 9 a 13). Fabricada em polipropileno de alta resistência a impactos e faíscas. Possui regulagem de sensibilidade e de tempo de retorno (delay). Carneira (suporte de cabeça) ajustável e estofada para maior conforto. Em conformidade com a norma ANSI Z87.1 e com Certificado de Aprovação (CA) ativo para proteção contra radiações infravermelhas e ultravioletas.	UND	2	R\$ 90,00	R\$ 180,00	EXCLUSIVO
68	Luva de segurança tricotada em fibra sintética de alta performance (HPPE) com resistência mecânica ao corte (Nível 3 ou superior conforme EN 388) e banho de poliuretano (PU) na palma e pontas dos dedos. Material com Certificado de Aprovação (CA) ativo, livre de fiapos (lint-free), antiestático e isento de silicone ou desprendimento de resíduos. Dorso ventilado, punho elástico com acabamento em overlock e espessura reduzida para alta sensibilidade tátil.	PAR	25	R\$ 32,74	R\$ 818,50	EXCLUSIVO
69	Luvas de segurança - tricotadas com fios de algodão e poliéster, com antiderrapante em PVC na face palmar, acabamento em overlock, punho com elastano. Especificações: Composição 75% algodão 25% poliéster. Espessura: 4 fios. Acabamento: Palma antiderrapante em PVC. Cor: Preto	PAR	400	R\$ 4,20	R\$ 1.680,00	EXCLUSIVO
70	Protetor solar 200g fator 50	UND	200	R\$ 26,00	R\$ 5.200,00	EXCLUSIVO
71	Kit trabalho em altura, cinto, talabarte, trava quedas único laranja	UND	5	R\$ 999,65	R\$ 4.998,25	EXCLUSIVO
72	Touca Árabe em Helanca - tipo boné para proteção contra o sol. Fechamento em velcro, com proteção para couro cabeludo e na parte dorsal do pescoço, na cor verde folha.	UND	40	R\$ 30,60	R\$ 1.224,00	EXCLUSIVO



73	Calçado de segurança tipo botina - couro vaqueta, elástico, antiderrapante, resistente a alta temperatura, bico de PVC. Uso profissional: agrícola, siderúrgica, metalúrgica, pavimentação de asfalto, trabalho pesado. Resistência do calçado: solado resistente a objetos cortantes, conforme descrição na tabela I do TR.	PAR	42	R\$ 59,90	R\$ 2.515,80	EXCLUSIVO
74	Calça de uniforme operacional - cor preta, confeccionada em brim pesado 100 % algodão, costura pespontada com linha reforçada, faixa refletiva da cor prata envolvendo-as 360°, acima do joelho, dois bolsos frontais, um traseiro e um bolso cargo na perna direita. Com elástico total na cintura e cordão para ajuste no corpo. Indicado para uso em linhas de produção de indústrias, metalúrgicas, oficinas mecânicas, terminais de carga, construção civil, condomínios, entre outras, que exijam excelente qualidade, durabilidade e resistência. Tamanhos: P, M, G e GG conforme ordem de fornecimento, conforme descrição na tabela II do TR.	UND	57	R\$ 72,49	R\$ 4.131,93	EXCLUSIVO
75	Camiseta de proteção solar UV - com fator mínimo de proteção 50, com manga longa, cor preta, composição: 90% Poliamida e 10% Elastano: a) Deverá conter etiqueta de identificação do tecido, na parte interna das peças. Tamanhos: P, M, G e GG, conforme ordem de fornecimento. Os caracteres tipográficos dos indicativos devem informar tamanho das peças, Razão Social, CNPJ, País de origem, indicação da composição de filamentos e porcentagens têxteis, cuidados de conservação e lavagem, conforme descrição na tabela III do TR.	UND	60	R\$ 47,85	R\$ 2.871,00	EXCLUSIVO
76	Tábua de Pinus (Corte Superior – Cavelete Dobrável) - 2,0cm x 30cm x 1,00m	UND	150	R\$ 10,66	R\$ 1.599,00	EXCLUSIVO
77	Tábua de Pinus (Corte Inferior – Cavelete Dobrável) - 2,0cm x 15cm x 1,00m	UND	150	R\$ 11,08	R\$ 1.662,00	EXCLUSIVO
78	Tábua de Pinus (Pés/Estrutura transversal - Cavelete Dobrável) - 2,0cm x 5,0cm x 1,00m	UND	900	R\$ 12,11	R\$ 10.899,00	EXCLUSIVO
79	Conjunto Parafuso Sextavado Zincado branco M5 x 50mm rosca inteira - Inclui 01 porca sextavada autotravante e 02 arruelas galvanizadas por conjunto (p/ cavelete dobrável)	CJ	400	R\$ 4,90	R\$ 1.960,00	EXCLUSIVO
80	Parafuso Chipboard Cabeça Chata Philips 4,0 x 35mm (pescoço 2mm) - Fixação madeira (p/ cavelete dobrável)	UND	2.500	R\$ 0,25	R\$ 625,00	EXCLUSIVO
81	Tinta Esmalte Sintético Fosco - Cor: Laranja - Galão de 3,6 Litros (considerando rendimento de 30m²/Lata)	LATA	65	R\$ 96,84	R\$ 6.294,60	EXCLUSIVO
82	Tinta Spray Uso Geral - Cor: Branco - Tubo de 400ml/250g (considerando rendimento de 1,5m²/Tubo)	UND	100	R\$ 20,50	R\$ 2.050,00	EXCLUSIVO
<b>TOTAL R\$ 390.902,70</b>						



Valor Total Estimado: **R\$ 390.902,70 (Trezentos e noventa mil, novecentos e dois reais e setenta centavos).**

**2.3.** Não havendo vencedor para a **Cota Principal** esta poderá ser adjudicada ao vencedor da **Cota Reservada**, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado da cota reservada.

**2.4.** Se a mesma empresa vencer a **Cota Reservada** e a **Cota Principal**, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa, conforme §3º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538/15.

**2.5.** Por se tratar de fornecimento parcelado, deverá ter prioridade nas aquisições os produtos ofertados decorrentes da Cota Reservada, salvo, os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido (Art. 8º, §4º do Decreto 8.538/15).

**2.6.** Os quantitativos especificados são mero dimensionamento da demanda, não obrigando a contratação mínima ou total para nenhum dos itens.

**2.7.** Poderá ocorrer redistribuição dos quantitativos entre os órgãos/entidades da administração municipal durante a vigência do registro de preços e/ou contrato(s), procedendo-se tal redistribuição por meio de aditamento ao respectivo instrumento, após autorização dos órgãos/entidades originalmente contemplados pela demanda, não podendo o adjudicatário se negar a realizar o fornecimento nas quantidades totais especificadas no TR, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual.

**2.8.** Os objetos deverão ser entregues livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

**2.9.** As propostas deverão apresentar a descrição técnica do material;

**2.10.** São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos;

**2.11.** Todos os itens deverão ter garantia mínima de fábrica, não podendo ser inferior ao da Lei 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes;

**2.12.** As propostas apresentadas deverão observar rigorosamente as especificações detalhadas do objeto, com indicação precisa da marca e referência do modelo, sendo passível de desclassificação caso não apresente tais informações como solicitado;

**2.13.** A análise das propostas quanto as especificações técnicas e catálogos, serão analisadas por **comissão formada de servidores designados pelas secretarias demandantes**, emitindo-se ao fim das análises **Parecer Técnico circunstanciado**, com vistas a confirmar a compatibilidade do objeto ofertado com a especificação constante neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

#### **2.14. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**2.14.1.** Considerando o objeto da presente demanda, não **serão exigidos ATESTADOS de comprovação de qualificação técnica**, em razão da ausência do referido objeto nas exigências elencadas no art. 67 da Lei 14.133/2021.

**2.14.2.** As exigências para o atendimento da qualificação técnica deverão ser observadas no item **11 do Termo de Referência**.

### **3. DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)**



**3.1.** O Valor Total Orçado (máximo admitido) para a Contratação, objeto deste certame, incluso os custos diretos e indiretos, é de R\$ 390.902,70 (trezentos e noventa mil, novecentos e dois reais e setenta centavos).

**3.2.** Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais apurados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

**3.3.** No preço total do objeto deverão estar incluso todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

#### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** Os recursos financeiros decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos financeiros expressos no item 20 do Termo de Referência ANEXO I deste edital.

#### **5. COMPONENTES DESTE EDITAL**

**5.1.** Constituem anexos deste Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes anexos:

**5.1.1.** Termo de Referência; (**ANEXO I**).

**5.1.2.** Modelo de Proposta de preços (**ANEXO II**).

**5.1.3.** Modelo de Declarações; (**ANEXO III**).

**5.1.4.** Minuta da Ata de Registro de Preços (**ANEXO IV**).

**5.1.5.** Minuta de Contrato. (**ANEXO V**).

#### **6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**6.1.** O certame será conduzido pelo **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO** que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 6.1.1.** Acompanhar os trabalhos da equipe de planejamento e contratação;
- 6.1.2.** Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- 6.1.3.** Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4.** Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5.** Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6.** Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 6.1.7.** Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;
- 6.1.8.** Declarar a vencedora;
- 6.1.9.** Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 6.1.10.** Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11.** Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

#### **6.2. Do Credenciamento:**

- 6.2.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 6.2.2.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do **Portal de Compras do Governo Federal**, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



- 6.2.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Caruaru/PE, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- 6.2.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- 6.2.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da PLATAFORMA DA LICITAÇÃO e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

### **7.1. Poderão participar deste Certame:**

- 7.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame.
- 7.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido.
- 7.1.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.1.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.1.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **7.2. Não poderão participar desta licitação:**

- 7.2.1. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru-PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 7.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 7.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- 7.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 7.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;





- 7.2.6. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- 7.2.7. Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.2.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 7.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 7.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 7.2.11.1. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.
- 7.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)
- 7.2.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 7.2.14. Não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.
- 7.2.15. E demais vedações previstas no **Termo de Referência**.

7.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) **Que não incorro nas condições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- d) Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- g) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º. Da Constituição Federal/88.
- h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.





- I) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº.123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. ( ☐ ) sim, ME; ( ☐ ) sim, EPP; ( ☐ ) não, outros enquadramentos.
- II) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.** Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

**7.4.1.** A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

**7.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)**

**8.1.** Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**8.2.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

**8.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.4.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



## 9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. O licitante **deverá** enviar sua proposta mediante o preenchimento até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 9.1.1. Valor **UNITÁRIO** do item, **com no máximo duas casas decimais após a vírgula**.
- 9.1.2. **INDICAÇÃO DO FABRICANTE/MARCA** dos produtos ofertados, à qual ficará vinculado, e deverá observar as exigências expressas no Termo de Referência para apresentação da proposta.
- 9.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia;
- 9.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.2. Ao preencher as especificações, será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou sobre fornecimento de bens.

9.4. Os encargos trabalhistas acima declarados como inclusos na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) **deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.**

9.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação, \_\_\_\_\_ independente \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ declaração \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ licitante.

9.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

9.9. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma deste Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

## 10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **a proposta** com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta de preços.

10.2. O envio da proposta, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, intransferíveis.

10.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



**10.4.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**10.5.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do **Agente de Contratação/Pregoeiro** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**10.6.** Os documentos de habilitação serão solicitados do licitante previamente classificado.

**10.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.**

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**11.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conduzida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, na data e horário local indicados no preâmbulo deste Edital, no sistema eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**11.2.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

**11.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**11.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Agente de Contratação/Pregoeiro** e os licitantes.

**11.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**11.7.1 O lance deverá ser ofertado pelo MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

**11.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**11.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**11.9.1.** A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível

**11.10.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**11.11.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



- 11.12. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.
- 11.13. Caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, antes da fase de julgamento, o sistema irá realizar o sorteio de forma automática.
- 11.14. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 11.15. Durante a fase de lances, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 11.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 11.17. Se ocorrer a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 11.18. No caso de a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).
- 11.19. Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapas:
- 11.19.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;
  - 11.19.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 1,0% (um por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
  - 11.19.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.
    - 11.19.3.1. Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o **Agente de Contratação/Pregoeiro** decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.
    - 11.19.3.2. Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as **licitantes** serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior.
    - 11.19.3.3. Encerrada a etapa de que trata o subitem 11.18.3.2, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento adotado de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 11.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 12. DA NEGOCIAÇÃO

- 12.1. Após o encerramento da fase de disputa, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação.
- 12.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 12.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.
- 12.4. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação.



**12.5.** Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

**12.6.** No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

**12.7.** No caso previsto no item 12.4, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

**12.8.** O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**13.1.1.** A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

**13.2.** Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação previamente digitalizados.

**13.3.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portalttransparencia.jus.br](http://www.portalttransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

**13.4.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**13.5.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**13.5.1.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**13.5.2.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

**13.5.3.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

**13.5.4.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.



### **13.6. Será desclassificada a propostas que:**

- 13.6.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 13.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;
- 13.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- 13.6.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente da Contratação;
  - 13.6.4.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
- 13.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;
- 13.6.6.** Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- 13.6.7.** Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**13.7.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

**13.8.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

**13.9.** Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

**13.10.** Classificada a proposta, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

**13.11.** As regras relativas à necessidade de apresentação de amostras (SE FOR O CASO) estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

## **14. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**14.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas da** licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

**14.2.** Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **02 (duas) horas** corridas, prorrogável por igual período, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

- 14.2.1.** A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

**14.3.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 14.3.1.** Sistema de Cadastramento de Fornecedores;





**14.3.2.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**14.4.** Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou contratação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**14.5.** Os documentos declaratórios, incluindo a proposta, serão aceitos após o encaminhamento em campo do sistema ou por e-mail, a partir de endereço de correio eletrônico cadastrado no sistema e próprio do licitante. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital, poderá ser solicitada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** a apresentação do original.

**14.6.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar** os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

**14.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**14.7.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**14.7.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**14.7.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**14.7.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**14.7.5.** Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

**14.7.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**14.7.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**14.7.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**14.8. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

Os documentos relativos as documentações fiscais só serão exigidas do licitante vencedor no momento da entrega da proposta ajustada, sendo:

**14.8.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);





**14.8.2.** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**14.8.3.** Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

**14.8.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**14.8.5.** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.8.6.** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.8.6.1.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **14.9. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**14.9.1.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**12.14.1.1.1** Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos.

**14.9.2.** Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os itens/lotos em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item/lote, os respectivos itens/lotos para os quais o licitante será habilitado.

**14.9.3.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, ou, na hipótese **de inversão de fases**, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**14.9.4.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



**14.9.5.** Será inabilitado a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**14.9.6.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**14.9.7.** Para fins de habilitação, a verificação pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

**14.9.8.** Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de **90 (noventa) dias** contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá **validade de 180 (cento e oitenta) dias** da sua expedição.

**14.9.9.** Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.

**14.9.10.** O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**14.9.11.** A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**14.10.** Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicaf, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), quando solicitados pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**14.11.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

**14.11.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**14.11.2.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Unidade de Contratação – UC-P, situada no **Centro Administrativo I**, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE.

**14.12.** Os documentos originais eletrônicos devem ser assinados por meio de certificado digital pertencente à cadeia de chaves públicas ICP-Brasil e apresentados conforme item anterior.

**14.13.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**14.14.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



**14.15.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **15. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA DE HABILITAÇÃO**

**15.1.** Durante as fases de julgamento e de habilitação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro**, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

**15.2.** Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

**15.3.** Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado ou qualquer outro documento ou informação exigida não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

**15.4.** Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

**15.5.** A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o **Agente de Contratação/Pregoeiro** a fazer exigências novas não previstas no edital.

**15.6.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via plataforma do **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), ou para o e-mail indicado no Preâmbulo deste Edital no caso de funcionalidade técnicas não permitam a anexação no referido sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, se outro prazo não for fixado pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, observado em todos os casos os princípios da celeridade processual e o interesse público.

**15.7.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**16.1.** Os esclarecimentos de dúvidas quanto a este Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer pessoa até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser feitos exclusivamente através do e-mail: [ucp.caruaru@gmail.com](mailto:ucp.caruaru@gmail.com).

**16.2.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados vincularão os participantes e a Administração e serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**16.3.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



**16.4.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

**16.5.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

## **17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**17.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

**17.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do momento da declaração do(s) vencedor(es).

**17.3.** As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

**17.4.** A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**17.5.** Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**17.6.** O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.7.** As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

**17.8.** Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**17.9.** Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

**17.10.** Verificada a regularidade dos procedimentos, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

**17.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**17.12.** Após a fase recursal, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração.

## **18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**18.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**18.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



**18.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**18.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**18.3.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**18.4.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)) na proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**19.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**20.1.** O município de Caruaru-PE, através da Secretaria de Administração- SAD é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

**20.2.** Será permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços.

**20.3.** A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

**20.4.** Por ocasião da homologação da licitação, com o objetivo de formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata de Registro de Preços, será nela incluído, na forma de anexo, o registro:

**20.4.1.** Das licitantes não desclassificadas que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da adjudicatária, observada a classificação na licitação; e

**20.4.2.** Das licitantes não desclassificadas que mantiverem sua proposta original.

**20.5.** Homologado o resultado deste Pregão, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

**20.5.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação da licitante mais bem classificada, desde que ocorra motivação apresentada dentro do prazo e a justificativa seja aceita pelo Município de Caruaru-PE.

**20.5.2.** Na hipótese de a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado ao Município de Caruaru-PE convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.

**20.5.2.1.** Caso as licitantes remanescentes não aceitem a contratação no mesmo prazo de convocação e nas condições propostas pela primeira classificada, o Município de Caruaru-PE poderá negociar preço melhor, ainda que acima do ofertado pela adjudicatária.



**20.5.2.2.** Quando frustrada a negociação, o Município de Caruaru-PE poderá adjudicar e contratar nas condições ofertadas pelas **licitantes remanescentes**.

**20.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**20.7.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

**20.8.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

**20.9.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 36 do Decreto Municipal n. 010/2024.

**20.9.1.** Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

**20.10.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o **fornecedor** para negociar a redução do preço registrado.

**20.10.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o **fornecedor** será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**20.10.2.** Na hipótese prevista na subcondição anterior, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**20.11.** Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o compromisso firmado não puder ser cumprido, o **fornecedor** poderá requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado.

**20.11.1.** O **fornecedor** encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**20.11.2.** Caso o pedido seja deferido, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.

**20.11.3.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o **fornecedor** deverá cumprir o compromisso assumido, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.

**20.11.3.1.** Se houver o cancelamento do registro do **fornecedor**, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**20.12.** Não havendo êxito nas negociações relativas aos ajustes aos valores praticados no mercado, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**20.13.** O registro do **fornecedor** será cancelado e formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando este:

**20.13.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

**20.13.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;





**20.13.3.** Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese de indeferimento do pedido de alteração pelo órgão gerenciador, não comprovando a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado em relação ao praticado no mercado;

**20.13.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**20.13.4.1.** Caso a sanção aplicada ao **fornecedor** não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**20.14.** Qualquer convocação de **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva deverá observar a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços registrados com o valor estimativo da contratação e as exigências de habilitação e de aceitabilidade da proposta previstas no Edital.

**20.15.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**20.15.1.** Por razão de interesse público;

**20.15.2.** A pedido do **fornecedor**, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**20.15.3.** Se não houver êxito nas negociações para alteração dos preços registrados aos praticados no mercado.

**20.16.** Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata de Registro de Preços, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Caruaru-PE fará o devido apostilamento na Ata e informará às **licitantes** a nova ordem de classificação.

**20.17.** A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

## **21. DO CONTRATO**

**21.1.** O município de Caruaru-PE, através da Secretaria de Administração - SAD, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

**21.2.** Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirar a nota de empenho, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**21.3.** Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

**21.4.** O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **fornecedor registrado** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Caruaru-PE.

**21.5.** Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

**21.6.** Quando a **licitante** convocada não retirar a nota de empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante vencedora**.





**21.6.1.** Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

**21.6.1.1.** Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**21.6.1.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**21.7.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**21.8.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

**21.9.** Para contratação do objeto desta licitação será emitido Boleto Bancário - DAM pela Secretaria da Fazenda Municipal/SEFAZ para pagamento da taxa de serviços administrativos, **instituída pelo Código Tributário Municipal**, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFMs 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFMs 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFMs 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFMs 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFMs 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFMs 300
De R\$ 100.000,00	UFMs 500

**\*Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).**

## **22. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**22.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual e reequilíbrio econômico-financeiro estão estabelecidas no tópico 4.3. do Termo de Referência, anexo a este edital.

## **23. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**23.1.** Os prazos relativos à vigência e execução da(s) Ata(s) de Registro de Preços oriundo(s) deste certame, estão estabelecidos no 6.1.1 Termo de Referência, anexo a este edital.

## **24. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**24.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 5 e 6.2 do Termo de Referência, anexo a este edital.

## **25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

**25.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no item 14 e 15 do Termo de Referência, anexo a este edital.

## **26. DA SUBCONTRATAÇÃO**



**26.1.** Não será admitida a subcontratação, de acordo com o subitem 8 do Termo de Referência, anexo I deste edital.

## **27. DO PAGAMENTO**

**27.1.** As condições acerca da realização dos pagamentos decorrentes da execução do contrato deste certame estão estabelecidas no subitem 4.2. do Termo de Referência, anexo a este edital.

## **28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1.** As regras acerca das penalidades são as estabelecidas no subitem 16 do Termo de Referência, anexo a este edital.

## **29. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**29.1.** As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Art. 137 da Lei 14.133/2021.

## **30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**30.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 e da Lei nº 14.133/2021.

**30.2.** A anulação do Pregão Eletrônico induz à do contrato.

**30.3.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**30.4.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**30.5.** A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

**30.6.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital, Minuta de Contrato, Termo de Referência ou demais peças que compõem este processo, prevalecerá o Termo de Referência, exceto se houver manifestação em contrário do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, devidamente formalizada.

**30.7.** Em caso de divergência entre o Sistema e o Edital, prevalece o Edital.

**30.8.** Em caso de comprovação de que o fornecimento realizado/serviço prestado difere em qualquer aspecto do contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço/fornecimento tenha lhe causado.

**30.9.** A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

**30.10.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.



**30.11.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá, em qualquer fase desta licitação, solicitar parecer(es) técnico(s) ao quadro de pessoal do Município de Caruaru/PE, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, visando subsidiar a tomada de decisão no âmbito deste certame.

**30.12.** A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, realizar visita in loco, inspeção ou medida equivalente perante à(s) licitante(s) e/ou contratada(s), visando comprovar as instalações físicas, maquinários/equipamentos ou situação concreta da(s) licitante(s) e/ou Contratada(s).

**30.13.** Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria.

**30.14.** A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**30.15.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Caruaru/PE, com exclusão de qualquer outro.

**30.16.** O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), podendo ser requisitado através do e-mail: [ucp.caruaru@gmail.com](mailto:ucp.caruaru@gmail.com), e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.

Caruaru (PE), na data da assinatura eletrônica.

**WALTHÉRLIA KHÉDMA DE QUEIROZ ALVES**

Agente de Contratação da Unidade de Contratação – UC- P



## ANEXO I

A íntegra do Termo de Referência consta na internet na Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), bem como encontra-se disponibilizado junto ao download do edital no site do Município de Caruaru (<https://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/>), no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), e ainda no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), podendo ser requisitado através do e-mail: [ucp.caruaru@gmail.com](mailto:ucp.caruaru@gmail.com), e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.



## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

AO

MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90171/2026 – UC-P

OBJETO: REGISTRAR PREÇOS A SEREM ATENDIDOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E FERRAMENTAS DIVERSAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU – AMC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVO E CONDIÇÕES DEFINIDAS NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E NA LEI 14.133/2021.

DATA DE ABERTURA: \_\_/\_\_/2026, ÀS \_\_H:\_\_MIN.

A Empresa ....., inscrita no CNPJ (MF) n.º ....., estabelecida no(a) .....vem, perante este Pregoeiro, apresentar a seguinte proposta de preços para o fornecimento do objeto supramencionado, conforme descrição abaixo:

ITEM	PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO /UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

Valor total da proposta: R\$ .....(valor por extenso)

Validade da proposta: **90 (NOVENTA) dias**, conforme Edital;

Prazo de execução/vigência: **12 (doze) meses**, conforme Edital;

Prazo de entrega do objeto: No máximo **conforme Termo de Referência**, contados após emissão da ordem de fornecimento, conforme Edital.

Declaramos, para os devidos fins, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre o fornecimento.

Declaramos que concordamos com todos os termos do edital.

#### **DADOS PARA PAGAMENTO:**

Banco:

Agência:

Conta:

Local, .....de .....de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
(identificação/nome/carimbo/etc)



### ANEXO III

#### MODELOS DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

AO

MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90171/2026 – UC-P

OBJETO: REGISTRAR PREÇOS A SEREM ATENDIDOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E FERRAMENTAS DIVERSAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU – AMC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVO E CONDIÇÕES DEFINIDAS NO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E NA LEI 14.133/2021.

DATA DE ABERTURA: \_\_/\_\_/2026, ÀS \_\_H: \_\_MIN.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ SDS/\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

**DECLARA** que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**DECLARA** que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

**DECLARA** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

**DECLARA** que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

LOCAL E DATA  
ASSINATURA

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome, Ass. e CNPJ.

Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.



## ANEXO IV

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 90171/2026 – UC-P.

SRP 025/2026 – UC-P.

ARP Nº \_\_\_\_/2026 – UC-P.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR  
INTERMÉDIO DA AUTARQUIA DE MOBILIDADE  
DE CARUARU - AMC E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_ NOS TERMOS DAS  
CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO  
ESTIPULADAS:**

O **MUNICÍPIO DE CARUARU** pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **AMC – AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **10.725.582/0001-27**, representada pelo Sr. **Edson Nóbrega de Almeida**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Caruaru/PE; doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90171/2026 – UC-P** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026 – UC-P**, conforme **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 171/2026 – UC-P**; **RESOLVE Registrar os Preços** ofertados pela empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, aqui representada por seu representante legal \_\_\_\_\_ (qualificação) doravante denominado simplesmente de **FORNECEDOR REGISTRADO**; atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes as normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 035/2024; pela LC nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, o de 2017, e mediante as condições a seguir expostas:

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto **registrar preços a serem atendidos na contratação de empresa(s) especializada(s) para a futura AQUISIÇÃO DE INSUMOS E FERRAMENTAS DIVERSAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**, a fim de atender às necessidades da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, conforme especificações, quantitativo e condições definidas no Termo de Referência e na Lei 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas.

**§ 1º.** Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e de administração referentes às cláusulas estabelecidas nesta Ata.

**§ 2º.** A contratação com o **FORNECEDOR** registrado será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

**§ 3º.** A existência de preços registrados nesta Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**





**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta de preços são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 2.1. Os quantitativos especificados são mero dimensionamento da demanda, não obrigando a contratação mínima ou total para nenhum dos itens.
- 2.2. Poderá ocorrer redistribuição dos quantitativos entre os órgãos/entidades da administração municipal durante a vigência do registro de preços e/ou contrato(s), procedendo-se tal redistribuição por meio de aditamento ao respectivo instrumento, após autorização dos órgãos/entidades originalmente contemplados pela demanda, não podendo o adjudicatário se negar a realizar o fornecimento nas quantidades totais especificadas no TR, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual.
- 2.3. Os objetos deverão ser entregues livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.
- 2.4. Os ITENS ofertados deverão ser novos, sem uso anterior, com certificação de acordo com a legislação, a garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo dos produtos; anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de acordo com as especificações do(s) fabricante(s).
- 2.5. São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos;
- 2.6. Todos os itens deverão ter garantia mínima de fábrica, não podendo ser inferior ao da Lei 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes;

§ 1º. No valor registrado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento do objeto da presente Ata.

§ 2º. Poderá ser concedido o reequilíbrio econômico-financeiro quanto aos preços registrados, nos termos na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133, desde que os valores continuem mais vantajosos que os preços praticados no mercado e seja observado o disposto nos parágrafos 3º e 4º da Cláusula Sexta desta Ata.

§ 3º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo das despesas estabelecidas nesta Ata.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. Será permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes desta Ata de Registro de Preços.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 4.1. O(s) órgão(s) gerenciador(es) será(ão): **Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC.**
- 4.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá (ão) manter as condições de qualidade no Fornecimento/Prestação dos serviços, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste documento, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.



## 5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 A presente Ata de Registro de Preços tem **vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser **prorrogado**, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. A prorrogação da Ata de Registro de Preços não importará no acréscimo dos quantitativos nela fixados.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1 O objeto desta contratação deverá ser entregue em **até 20 (vinte) dias consecutivos contados do primeiro dia útil após o envio da ordem de fornecimento, no local informado na solicitação, nos dias e horários determinados na referida.**

6.2. O Equipamento deverá ser entregue na sede da Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC, situada na Rodovia BR-104, km 62, S/N, Polo Caruaru, Bairro Nova Caruaru, Caruaru – PE, no horário das 08h às 16h.

6.3. As ordens de fornecimento serão expedidas preferencialmente por meio eletrônico;

6.4. O objeto desta contratação deverá ser entregue, PARCELADAMENTE, pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas, pelo órgão, de acordo com suas necessidades;

6.5. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, e devem estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;

6.6. A(s) Contratada(s) ficará (ão) obrigada(s) a trocar (em) o(s) produto(s) que vier (em) a ser (em) recusado(s) por não atender (em) à(s) especificação (ões) deste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para troca do(s) produto(s) será de até 10 (dez) dias úteis, a partir da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.7. Os empregados designados pela Contratada para a entrega do produto deverão comunicar à Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC, sempre que se depararem com situações ou fatos que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a entrega.

6.8. O transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a administração pública.

6.9. O objeto será recebido, somente por pessoa credenciada pelo órgão demandante, que procederá à conferência com base na Ordem de Fornecimento escrita e assinada pelo responsável pelo Departamento demandante, que que informará à adjudicatária, o nome do responsável pela conferência e recebimento do produto.



**6.10.** Deverão ser fornecidos os itens especificados, observando-se, rigorosamente, as características especificadas no Termo de Referência.

**6.11.** O servidor designado para recebimento dos itens, objeto deste termo, verificará no momento da entrega, as especificações dos itens, o conteúdo das embalagens, as condições de manuseio, armazenamento e as condições e integridade das embalagens (estado de conservação, fechamento etc.).

**6.12.** A empresa contratada adequará, se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independentemente da inspeção e aprovação das embalagens pelo Órgão/Entidade contratante ou seu representante legal.

**6.13.** O objeto proposto no Termo de Referência será recebido da seguinte forma:

a) **PROVISORIAMENTE** – No ato da entrega do objeto, por servidor designado pelo órgão demandante para posterior conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta e do contrato. Não havendo qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento.

b) **DEFINITIVAMENTE** – Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

**6.14.** Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.15.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidade e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação a Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades.

**6.16.** Na hipótese de a verificação não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.17.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**6.18.** São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos.

**6.19.** O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE**

**7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais/serviços registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as negociações junto aos fornecedores, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, do artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 36 do Decreto Municipal nº 035/2024.

**§ 1º.** Quando o **preço registrado se tornar superior** ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora deverá convocar o fornecedor para negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado, respeitados os seguintes termos:



- I - os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- II - a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;
- III - a redução do preço registrado será comunicada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR aos órgãos cujos contratos tenham sido formalizados com fundamento no respectivo registro, para avaliarem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

§ 2º. Na hipótese de o **preço de mercado superar** os preços registrados nesta Ata e o FORNECEDOR não puder cumprir com as obrigações nela contidas, ser-lhe-á facultado requerer a revisão dos preços registrados ao ÓRGÃO GERENCIADOR, que poderá:

- I - negociar a elevação do(s) preço(s) dos serviços registrado(s), quanto aos itens cujos custos sofreram majoração, desde que comprovada a ocorrência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem o cumprimento dos preços primitivamente registrados;
- II - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a solicitação de negociação ocorra antes do pedido de fornecimento. O FORNECEDOR será liberado sem aplicação de penalidades se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- III - na hipótese do inciso anterior, convocar os demais fornecedores, obedecendo a ordem de classificação no certame que resultou nesta Ata, assegurando igual oportunidade de negociação;
- IV - quando não houver comprovação efetiva do desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, indeferir o pedido de revisão, integral ou parcialmente, hipótese na qual o FORNECEDOR continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata quanto aos itens cuja revisão de preços foi negada, sob pena de cancelamento dos preços e de aplicação das penalidades administrativas.

§ 3º. Ainda que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento das obrigações contidas na Ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação, para manifestarem se têm interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 4º. A revisão dos preços registrados só será efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR se, cumulativamente, houver deferimento quanto ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e não houver manifestação por integrantes do cadastro de reserva em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 5º. Na hipótese de cancelamento do registro de preços por solicitação de revisão frustrada, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os demais fornecedores integrantes do **cadastro de reserva** para manifestarem se têm interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 6º. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência da Ata de Registro de Preços e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão do direito à revisão dos preços registrados.

§ 7º. O ÓRGÃO GERENCIADOR terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Durante o período de análise, o ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação do FORNECEDOR, poderá suspender novas autorizações de consumo ou de adesão à Ata.



§ 8º. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova planilha de custos e formação de preço, quando for o caso.

§ 9º. Fica estabelecido como critério de reajustamento dos preços registrados nessa Ata o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, nos termos do artigo 1º, III, do Decreto Estadual nº 52.153/2022, e da Lei Estadual nº 17.555/2021, respeitado o interregno mínimo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação.

§ 10. Em situações excepcionais de flutuação atípica dos preços de mercado, quando a variação do índice adotado implicar reajuste desproporcional, poderá ser negociada entre as partes a adoção de preço compatível.

§ 11. O reajustamento será precedido de requerimento formal do FORNECEDOR, protocolado durante a vigência contratual e respeitada a anualidade. O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pelo FORNECEDOR, podendo ser formalizado mediante apostilamento.

§ 12. O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

<b>Dotação Orçamentária:</b>	Unidade Gestora: 43020 - Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC
	Órgão Orçamentário: 13000 – AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Unidade Orçamentária: 13001 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Função: 6 – Segurança pública
	Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização
	Programa: 2605 – GERENCIAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO
	Ação: 1.151 – Ampliação de sinalização viária
<b>Despesa:</b>	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente
<b>Fonte de Recursos:</b>	183 – MSC – 1.752.0000 – Recursos Vinculados ao Trânsito – 1.752.0000

<b>Dotação Orçamentária:</b>	Unidade Gestora: 43020 - Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC
	Órgão Orçamentário: 13000 – AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Unidade Orçamentária: 13001 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Função: 6 – Segurança pública



	Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização
	Programa: 2605 – GERENCIAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO
	Ação: 2.4613 – Suporte às Ações do Sistema Municipal de Trânsito
<b>Despesa:</b>	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
<b>Fonte de Recursos:</b>	183 – MSC – 1.752.0000 – Recursos Vinculados ao Trânsito – 1.752.0000

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

### 9.1. São obrigações do FORNECEDOR:

- I. Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- II. Prestar assistência técnica, para os itens ofertados, assegurando, de maneira não onerosa à Administração, a prestação de serviços de assistência técnica, substituição ou quaisquer outras medidas necessárias para o perfeito funcionamento do equipamento.
- III. Manter-se, durante toda a vigência e execução da Ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- IV. Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;
- V. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;
- VI. Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega do produto licitado de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- VIII. Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer no fornecimento do objeto contratado;
- IX. Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo;
- X. Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à entrega e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos;
- XI. Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros no fornecimento ora ajustado, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;
- XII. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO;
- XIII. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- XIV. Responsabilizar-se pelo Transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;
- XV. Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade física;





- XVI.** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;
- XVII.** Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;
- XVIII.** Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.
- XIX.** Cumprir todas as exigências constantes no respectivo edital e seus anexos;
- XX.** Manter todas as condições de habilitação;
- XXI.** Dar aos serviços contratados especial prioridade para sua execução, salvo motivo de força maior devidamente comprovado;
- XXII.** Permitir ao Gestor do Contrato da Contratante, fiscalizar os serviços, objeto do respectivo contrato, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer tipo de serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;
- XXIII.** Assumir toda a responsabilidade civil e criminal, bem como os encargos incidentes sobre a prestação de serviços, objeto do presente Termo de Referência;
- XXIV.** Responder, integralmente, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por sua culpa ou dolo decorrente da execução do respectivo Contrato, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte da Contratante;
- XXV.** Fornecer e utilizar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada, adequadamente selecionada e necessária atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, para cumprimento do respectivo contrato;
- XXVI.** Repor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- XXVII.** Recolher todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os serviços e produtos fornecidos.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

### **10.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:**

- I.** Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II.** Solicitar o fornecimento do produto constante do objeto deste Termo de Referência mediante a expedição de Ordem de Fornecimento;
- III.** Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- IV.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- V.** Devolver, no todo ou em parte, o produto que não estiver com boa apresentação ou sem condições de ser utilizado.
- VI.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- VII.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- VIII.** Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- IX.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

**11.1.** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**11.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**11.3.2.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.4.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.5.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.6.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**11.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.



**11.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.9.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.10.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**11.11.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

**12.1.** O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - não aceitar o preço revisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

V - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

VI - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho do Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, desde que formalmente explicitadas nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa, diante das seguintes situações:

I - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução dos serviços;

II - razões de interesse público, justificadas pelo Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR.

§ 1º. O FORNECEDOR será notificado para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação acerca do cancelamento.

§ 2º. A notificação a que se refere o parágrafo anterior poderá ser promovida por meio eletrônico ou outro meio hábil, nos termos do art. 39, § 1º, do Decreto Municipal nº 035/2024.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**



**14.1.** A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores abaixo designados:

- Gestor: **Mônica Janaina do Nascimento** - Matrícula: 100.714
- Suplente Gestor: **Mirella Falcão Santos de Melo** - Matrícula: 100.650
- Fiscal: **Pedro Henrique dos Santos Silva** - Matrícula: 100.705
- Suplente Fiscal: **Nathalia Freitas de Oliveira** - Matrícula 100.722

**§1º** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

**§2º** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**§3º** Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinação, tudo o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**§ 4º** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – COMUNICAÇÕES**

**15.1.** Todas as comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

**Parágrafo único.** O FORNECEDOR, por meio de endereço de e-mail válido, fornecido na etapa de contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICIDADE DOS ATOS**

**16.1.** Conforme dispõe o art. 28, § 4º, do Decreto Municipal nº 035/2024, os preços registrados na presente Ata, como condição de sua eficácia, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – TOLERÂNCIAS**

**17.1.** Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas nesta Ata de Registro de Preços, as quais permanecerão íntegras.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO**



**18.1.** É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

**SECRETARIA**  
**SECRETÁRIO(A)**  
**Orgão Gerenciador**

---

**Fornecedor**



## **ANEXO V**

### **MINUTA DE CONTRATO**

Processo Administrativo nº 171/2026 – UC-P.

Pregão Eletrônico nº 90171/2026 – UC-P.

Contrato nº \_\_\_\_/2026.

**TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
CARUARU POR INTERMÉDIO DA AUTARQUIA  
DE MOBILIDADE DE CARUARU - AMC E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_ NOS TERMOS DAS  
CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO  
ESTIPULADAS:**

Pelo presente instrumento, que entre si firmam, o **MUNICÍPIO DE CARUARU** pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **AMC – AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **10.725.582/0001-27**, representada pelo Sr. **Edson Nóbrega de Almeida**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Caruaru/PE, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA**, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, nesta ato representada por Sr. \_\_\_\_\_, (qualificação), no final subscrito, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo como Processo Licitatório realizado sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90171/2026 – UC-P** e, ainda, de acordo com a proposta de preços da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente Contrato é a AQUISIÇÃO DE INSUMOS E FERRAMENTAS DIVERSAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, a fim de atender às necessidades da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, conforme especificações, quantitativo e condições definidas no Termo de Referência e na Lei 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas.**
- 1.2. Os quantitativos especificados são mero dimensionamento da demanda, não obrigando a contratação mínima ou total para nenhum dos itens.**
- 1.3. Poderá ocorrer redistribuição dos quantitativos entre os órgãos/entidades da administração municipal durante a vigência do registro de preços e/ou contrato(s), procedendo-se tal redistribuição por meio de aditamento ao respectivo instrumento, após autorização dos órgãos/entidades originalmente contemplados pela demanda, não podendo o adjudicatário se negar a realizar o fornecimento nas quantidades totais especificadas no TR, na Ata de Registro de Preços e/ou no instrumento contratual.**
- 1.4. Os objetos deverão ser entregues livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.**
- 1.5. Os ITENS ofertados deverão ter certificação de acordo com a legislação vigente, a garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo dos produtos; anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de acordo com as especificações do(s) fabricante(s), e em hipótese alguma poderão ser remodelados, reconicionados, recauchutados ou recuperados.**





- 1.6. São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos;
- 1.7. Todos os itens deverão ter garantia mínima de fábrica, não podendo ser inferior ao da Lei 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes;

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

- 2.1. Quanto à vigência dos contratos advindos da ARP, o prazo será definido quando do pedido de elaboração do instrumento contratual, conforme § 4º do art. 29, Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2023.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o **VALOR TOTAL** de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_). Destarte a CONTRATADA foi vencedora do Processo Licitatório, devendo ater-se as especificações sintéticas, aos quantitativos e preços, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo, posto que são os constantes do Certame.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

§2º Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente entregues no mês anterior ao do pagamento.

§3º Caso o produto não seja entregue fielmente às condições estipuladas e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto na cláusula acima.

§4º Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária.

§ 5º O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

§ 6º Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 7º Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

§ 8º A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem 9.1. Será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.



§ 9º Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

§ 10º A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso o registrado no Contrato.

§ 11º Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato, exceto quando, após o período de 12 meses iniciais, houver prorrogação do contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, a requerimento da contratada, apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com a exigência legal do artigo 92, § 3º da Lei 14.133/2021.

§ 12º Em caso de prorrogação do prazo contratual sem a concessão do reajuste, a Contratada deverá expressar por escrito sua renúncia ao reajuste previsto no item anterior.

§ 13º Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

§ 14º Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

§ 15º Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Todos os valores financeiros a serem pagos, decorrentes do presente contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

<b>Dotação Orçamentária:</b>	Unidade Gestora: 43020 - Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC
	Órgão Orçamentário: 13000 – AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Unidade Orçamentária: 13001 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Função: 6 – Segurança pública
	Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização
	Programa: 2605 – GERENCIAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO
	Ação: 1.151 – Ampliação de sinalização viária
<b>Despesa:</b>	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente
<b>Fonte de Recursos:</b>	183 – MSC – 1.752.0000 – Recursos Vinculados ao Trânsito – 1.752.0000
<b>Dotação Orçamentária:</b>	Unidade Gestora: 43020 - Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC
	Órgão Orçamentário: 13000 – AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Unidade Orçamentária: 13001 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU
	Função: 6 – Segurança pública
	Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização



	Programa: 2605 – GERENCIAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO
	Ação: 2.4613 – Suporte às Ações do Sistema Municipal de Trânsito
<b>Despesa:</b>	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
<b>Fonte de Recursos:</b>	183 – MSC – 1.752.0000 – Recursos Vinculados ao Trânsito – 1.752.0000

## 5. CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DOS ITENS

**5.1. O objeto desta contratação deverá ser entregue, PARCELADAMENTE,** pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas, pelo órgão, de acordo com suas necessidades;

**5.2.** Os empregados designados pela Contratada para a entrega do produto deverão comunicar à secretaria/orgão demandante, sempre que se depararem com situações ou fatos que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a entrega.

**5.3.** O transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a administração pública.

**5.4.** O material será recebido, somente por pessoa credenciada pelo órgão demandante, que procederá à conferência com base na Ordem de Fornecimento escrita e assinada pelo responsável pelo Departamento demandante, que que informará à adjudicatária, o nome do responsável pela conferência e recebimento do produto.

**5.5.** Deverão ser fornecidos os itens especificados, observando-se, rigorosamente, as características especificadas no Termo de Referência.

**5.6.** O servidor designado para recebimento dos itens, objeto deste termo, verificará no momento da entrega, as especificações dos itens, o conteúdo das embalagens, as condições de manuseio, armazenamento e as condições e integridade das embalagens (estado de conservação, fechamento etc.).

**5.7.** O objeto proposto no Termo de Referência será recebido da seguinte forma:

a) **PROVISORIAMENTE** – No ato da entrega do objeto, por servidor designado pelo órgão demandante para posterior conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta e do contrato. Não havendo qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento.

b) **DEFINITIVAMENTE** – Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

**5.8.** Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.9.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidade e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação a Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades.

**5.10.** Na hipótese de a verificação não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



5.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.12. São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos.

5.13. O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/CONTRATANTE**

6.1. As obrigações do CONTRATANTE são:

- a) Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Solicitar o fornecimento do produto constante do objeto do Termo de Referência mediante a expedição de Ordem de Fornecimento;
- c) Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) Devolver, no todo ou em parte, o produto que não estiver com boa apresentação ou sem condições de ser utilizado.
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- h) Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- i) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- 7.2. Prestar assistência técnica, para os itens ofertados, assegurando, de maneira não onerosa à Administração, a prestação de serviços de assistência técnica, substituição ou quaisquer outras medidas necessárias para o perfeito funcionamento do equipamento.
- 7.3. Manter-se, durante toda a vigência e execução da Ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 7.4. Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;
- 7.5. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do objeto ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;
- 7.6. Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;
- 7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega do produto licitado de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



- 7.8. Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante a execução do objeto contratado;
- 7.9. Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo;
- 7.10. Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à execução e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos/serviços;
- 7.11. Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros na prestação dos serviços/fornecimento de produtos, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;
- 7.12. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO;
- 7.13. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- 7.14. Responsabilizar-se pelo Transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;
- 7.15. Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade física;
- 7.16. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;
- 7.17. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;
- 7.18. Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto à contratante;
- 7.19. Cumprir todas as exigências constantes no respectivo edital e seus anexos;
- 7.20. Manter todas as condições de habilitação;
- 7.21. Dar aos serviços contratados especial prioridade para sua execução, salvo motivo de força maior devidamente comprovado;
- 7.22. Permitir ao Gestor do Contrato da Contratante, fiscalizar os serviços, objeto do respectivo contrato, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer tipo de serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;
- 7.23. Assumir toda a responsabilidade civil e criminal, bem como os encargos incidentes sobre a prestação de serviços, objeto do presente Termo de Referência;
- 7.24. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por sua culpa ou dolo decorrente da execução do respectivo Contrato, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte da Contratante;
- 7.25. Fornecer e utilizar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada, adequadamente selecionada e necessária atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, para cumprimento do respectivo contrato;
- 7.26. Repor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- 7.27. Recolher todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os serviços e produtos fornecidos.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTATAÇÃO**

8.1 Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de



mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

## **9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**9.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.3.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**9.3.2.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.4.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.5.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.6.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.





**9.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.9.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**9.10.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**9.11.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**10.1.** As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Art. 137 da Lei 14.133/2021, anexo a este edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.

**11.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**11.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS AGENTES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** Durante a vigência do Contrato, o controle da execução será acompanhado pelos seguintes servidores:

- Gestor: **Mônica Janaina do Nascimento** - Matrícula: 100.714
- Suplente Gestor: **Mirella Falcão Santos de Melo** - Matrícula: 100.650
- Fiscal: **Pedro Henrique dos Santos Silva** - Matrícula: 100.705
- Suplente Fiscal: **Nathalia Freitas de Oliveira** - Matrícula 100.722

**12.2.** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.



**12.3.** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**12.4.** Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinação, tudo o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**12.5.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

**13.1.** Para assinatura deste contrato, a contratada deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)**, nos moldes da tabela a seguir:

<b>CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVÇÃO E/OU ADITIVOS)</b>	<b>TAXA CORRESPONDENTE</b>
Até R\$ 2.000,00	UFMs 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFMs 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFMs 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFMs 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFMs 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFMs 300
De R\$ 100.000,00	UFMs 500

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DESPESAS DO CONTRATO**

**14.1.** Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

**Parágrafo Único:** Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS TOLERÂNCIAS**



**16.1.** Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE**

**17.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste instrumento.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** A documentação exigida para fins contratuais deverá ser entregue pela CONTRATADA na sede da Prefeitura de Município de Caruaru/PE.

**18.2.** É vedada a subcontratação.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO**

**19.1.** É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

**Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.**

**SECRETARIA  
SECRETÁRIO(A)  
Contratante**

---

**Contratado**